

Respeitar e dar-se ao respeito

É possível que o Brasil e seus credores internacionais estejam aproximando-se da hora da verdade. Depois da reunião de ontem entre o presidente Fernando Collor e sua equipe, estabeleceu-se a contraproposta brasileira aos bancos credores de modo a resolver duramente a questão.

As autoridades que participaram desta reunião foram extremamente econômicas em declarações, abstando-se de especificar os pontos da proposição brasileira sob a justificativa de que não pretendem negociar com os credores pelos jornais.

Não há necessidade de entrar no mérito dessa atitude, uma vez que cabe às autoridades negociar em nome do País e aos meios de comunicação obter as informações, e é bom que cada qual cumpra direito seu papel. Mas é sem dúvida da maior importância, neste momento crucial das gestões com nossos credores, que jogam pesado, lembrar ao governo que ele assumiu com a opinião pública dois compromissos que, segundo o próprio presidente da República, são inegociáveis.

O primeiro deles é que o Brasil não paga-

rá acima de sua capacidade de pagar. O segundo é que não pagará juros antecipadamente para fazer mais um gesto de boa vontade, daí resultando que só deve pagar se houver acordo global.

Esses compromissos, é bom que se recorde, foram assumidos pelo presidente da República em vista dos medíocres resultados de estratégias anteriores de quitação da dívida e seu serviço.

Por causa desse desempenho é que o governo brasileiro decidiu que balizaria os pagamentos da dívida pelo orçamento fiscal, e não mais pelo resultado da balança comercial, esta, sim, uma prática adotada durante sete anos, responsável por uma transferência de mais de US\$ 60 bilhões, a título de juros, sem que se abatesse um centavo do principal. Portanto, não adiantou para nada.

O Brasil, em sua nova postura, tem dito que números poderiam ser discutidos, prazos,

eventualmente, também, mas não o conceito da capacidade de pagar.

Quanto ao gesto de boa vontade em começar a pagar juros, as experiências anteriores foram para lá de amargas e não colaboraram em nada para melhorar a posição brasileira. Nossa experiência nesta *via crucis* de oito anos é de que os gestos anteriores de boa vontade não produziram um avanço significativo na gestão da dívida e, além disso, não tivemos qualquer espécie de reciprocidade. Ou seja: não há boa vontade por parte de nossos credores e isso não os credencia para qualquer espécie de expectativa em relação a devedores que foram ludibriados em boa fé.

Os bancos operam segundo uma peculiar espécie de reflexo condicionado. Quando vêem seus interesses em perigo, como agora, correm a exigir gestos de boa vontade, que seguem em paralelo com ameaças veladas ou explícitas, como a que o Departamento do Te-

souro acaba de fazer ao pressionar o BIRD e o BID para que não emprestem dinheiro ao Brasil enquanto nossa "boa vontade" não se materializar.

O sistema financeiro norte-americano, esta é a dura realidade, vive um momento difícil, em consequência dos desmandos de suas empresas de crédito imobiliário, e é para ajudar a tápar um pequeno pedaço desse rombo que serviria a tão sonhada boa vontade brasileira. Isso é um descabro de grandes proporções, a que o Congresso norte-americano não está desatento, embora, infelizmente, não perceba que a ansiedade de maus administradores financeiros provoca uma estratégia extorsiva em relação a um antigo e leal aliado como é o Brasil.

O Brasil pode mudar datas, quantias, prazos, mas não deve ceder nos dois pressupostos com que se comprometeu. Não deve ceder nem ao *lobby* externo nem ao interno. E talvez assim, dessa firmeza, nasça uma relação com os credores que respeite nossas possibilidades e em que eles também se dêem um pouco mais ao respeito.